



Director: Carlos Miguel Coelho - Rue Wiertz-ASP8E150 Bruxelles - Março / Abril 2007

Carta da Europa

PE aprova Relatório Freitas exigindo maiores apoios para as pescas

Os Deputados Europeus aprovaram por esmagadora maioria o **Relatório POSEI Pescas do Deputado Duarte Freitas** que exige um aumento das verbas de apoio às pescas para a Madeira e os Açores



desenvolvimento na pág. 2

Cia e Portugal

A actual Presidência alemã *passa a pasta* em 1. Julho a Portugal.

No segundo semestre deste ano **Portugal assumirá**, pela terceira vez, a **Presidência da União**. A primeira vez foi em **1992** com o Primeiro-Ministro Cavaco Silva e o Prof. João de Deus Pinheiro, como Ministro dos Negócios Estrangeiros e a segunda, em **2000**, com o Eng. António Guterres e o Dr. Jaime Gama.

Ao contrário das duas Presidências anteriores, esta vai ocorrer no segundo semestre (o que leva, na prática a um calendário mais reduzido por causa do Verão) e a um **Programa partilhado**. Com efeito, pela primeira vez (e de certo modo antecipando uma solução do Tratado Constitucional) as presidências têm programas para 18 meses o que levou à apresentação de um **Programa conjunto alemão, português e esloveno**.

Com esta solução responde-se às críticas dos que (com alguma razão) invocavam não fazer sentido planear a estratégia para a UE com um horizonte de 6 meses.

Como sempre, **o PSD tem uma postura construtiva**. Vamos colaborar com as autoridades nacionais para uma boa Presidência. E vamos trabalhar no Parlamento Europeu para esse desiderato. Foi o que fizemos em 1992 e em 2000 e **é o que sempre faremos** quando estiver em causa a **projectão de Portugal nos fora internacionais**.

Carlos Coelho

Recursos próprios da UE

Silva Peneda defende reforma urgente do financiamento da UE

desenvolvimento na pág. 3

Imigração ilegal na Europa

Carlos Coelho defende reforço dos mecanismos de combate à imigração ilegal no espaço europeu

desenvolvimento na pág. 5

UE deve liderar luta dos Direitos Humanos

Assunção Esteves reclama da Europa um maior empenhamento na defesa dos direitos humanos

desenvolvimento na pág. 6



PE aprova Relatório Freitas sobre POSEI Pescas

Duarte Freitas consegue pedido de reforço de verbas para a pesca dos Açores e da Madeira

O relatório do **Deputado europeu do PSD Duarte Freitas sobre a revisão do POSEI-Pescas** foi **aprovado por esmagadora maioria** no plenário do Parlamento Europeu em Estrasburgo.

“O POSEI Pescas tem funcionado como um balão de oxigénio para o sector das pescas nas Regiões ultraperiféricas”

Este regime de compensação, iniciado em 1992 e prorrogado em 1994, 1995, 1998 e 2002, tem, segundo **Duarte Freitas**, *“funcionado como um balão de oxigénio para o sector das pescas nas Regiões ultraperiféricas, permitindo manter o sector em níveis de competitividade aceitáveis para com o resto dos territórios comunitários”*.

O Deputado Europeu do PSD, **Duarte Freitas**, nomeado **relator do Parlamento Europeu** para este dossier e que conduziu com sucesso o processo de consulta tinha já garantido a **aprovação, em Comissão Parlamentar das Pescas, de um pacote de medidas que incluem todas as preocupações dos Açores e Madeira**, como foi reconhecido pelos diferentes quadrantes políticos e pelos representantes do sector em Portugal.

“o POSEI permitiu manter o sector em níveis de competitividade aceitáveis para com o resto dos territórios comunitários”

O relatório agora aprovado pelo PE defende uma série de alterações às soluções da proposta original, que segundo **Duarte Freitas** *“não correspondiam às necessidades das regiões ultraperiféricas”*.

Duarte Freitas referiu que *“o aumento das dotações financeiras, a intemporalidade do regime, a possibilidade de Ajudas de Estado, a não limitação percentual às ajudas de transporte e a possibilidade das indústrias de atum poderem recorrer a atum importado para satisfazerem as suas necessidades de aprovisionamento são medidas importantes que consegui que fossem incluídas no meu relatório”*.

Duarte Freitas espera agora que *“a posição do Parlamento Europeu possa de alguma forma ajudar na negociação final deste dossier ao nível do Conselho de Ministros dos 27”* a quem cabe a decisão final sobre esta questão.



Principais alterações introduzidas:

- **Aumento das dotações financeiras;**
- **A intemporalidade do regime;**
- **A possibilidade de Ajudas do Estado;**
- **A não limitação percentual às ajudas de transporte;**
- **Possibilidade das indústrias de atum poderem recorrer a atum importado para satisfazerem as suas necessidades de aprovisionamento.**

Sobre o reforço da segurança nas águas europeias

Propostas de Duarte Freitas aprovadas pelo PE

Na sessão plenária do Parlamento Europeu, o reforço da **“segurança nas águas europeias”** voltou a estar em destaque na agenda parlamentar, tendo sido aprovadas um conjunto de propostas relativas ao tráfego de navios, investigação de acidentes e inspecção de navios em porto, entre as quais algumas do **Deputado Duarte Freitas**, como por exemplo uma que garante um co-

financiamento até 90% na introdução do sistema AIS (Automatic Identification System) nas embarcações com mais de 24 metros. De referir que este sistema tem um custo aproximado de **2 mil euros**, o que o poderia tornar num custo demasiado oneroso face à actual conjuntura do sector, **se não houvesse este co-financiamento agora proposto pelo PE.**

Para **Duarte Freitas** o pacote de medidas que vigora no relatório final *“é importante uma vez que pretende aumentar a segurança e a eficácia do tráfego marítimo, melhorar a resposta das autoridades a incidentes, acidentes ou outras situações potencialmente perigosas no mar, incluindo operações de busca e salvamento, e ainda contribuir para uma melhor*

prevenção e detecção da poluição causada por navios”.

Duarte Freitas referiu que *“situações recentes demonstraram que se perde muito tempo na solução de problemas relacionados com catástrofes ocorridas no mar, não se sabendo muito bem quem tem de facto competências para agir face a esta ou aquela ocorrência.”*

Financiamento do orçamento da União Europeia

Silva Peneda aponta caminho para a reforma dos Recursos próprios da UE



Na Mini-Sessão Plenária de Março do Parlamento Europeu, que decorreu em Bruxelas, o Deputado do PSD **José Silva Peneda** participou no debate sobre o Relatório Lamassoure relativo ao **“Futuro dos Recursos Próprios”**.

Silva Peneda iniciou a sua intervenção afirmando desde logo que **“O actual sistema de financiamento da União Europeia está esgotado. Estou profundamente convicto que a manter-se o actual sistema de financiamento será muito difícil definir um outro quadro financeiro para vigorar após 2013.”**

Segundo o **Deputado do PSD** **“a manter-se o actual sistema de financiamento os cidadãos sentem-se cada vez mais distantes das instituições europeias pois esse sistema está baseado em regras, algumas delas fruto de conjunturas políticas muito especiais, que nasceram como transitórias, mas tornaram-se definitivas e revelam uma opacidade que dificulta um fácil entendimento para o comum dos cidadãos.”**

“O actual sistema de financiamento da União Europeia está esgotado”

“A manter-se o actual sistema de financiamento caminhamos no sentido da destruição de valores essenciais que caracterizam o sucesso da União Europeia

nos últimos 50 anos, já que se discute de forma porventura humilhante, quase linha a linha, quem é, ou não, contribuinte líquido.”

“A reforma em causa é de largo alcance e é essencialmente política”

De seguida **Silva Peneda** saudou de forma muito positiva o relatório apresentado pelo colega **Alain Lamassoure** que, de forma **“muito lúcida, prudente e com visão de futuro, aponta princípios, recomendações e metodologias muito adequadas.”**

A terminar o Deputado português chamou a atenção para o facto desta **“reforma não ser matéria exclusiva do foro financeiro. A reforma em causa é de largo alcance e é essencialmente política. Por**



isso, a sua discussão não pode ficar confinada exclusivamente ao Parlamento Europeu, ao Conselho e, muito menos, ao ECOFIN.”

“Uma das condições essenciais para o sucesso desta reforma tem a ver com o envolvimento dos actores e instituições políticas não só europeias, mas também nacionais em todo o processo. Por isso, quero deixar uma palavra final de apreço sobre a metodologia proposta que privilegia e estimula a participação dos Parla-mentos Nacionais.”

Silva Peneda, Duarte Freitas e Carlos Coelho

Eurodeputados do PSD assumem defesa da cortiça nacional

Os Deputados do PSD, **Silva Peneda, Duarte Freitas e Carlos Coelho**, enviaram uma pergunta oral à Comissão Europeia sobre a utilização de cortiça nas rolhas de garrafas com produtos vitivinícolas.

Segundo os Deputados **“a entrada no mercado de rolhas sintéticas significa, além da escolha de uma política de baixo custo em substituição**

da alta qualidade, uma grave ameaça às florestas de sobreiro.”

“Até ao momento, a cortiça tinha sido um produto indiscutível nas rolhas de garrafas com produtos vitivinícolas, pelas suas propriedades físicas idóneas para o objectivo a que se propunham. Apesar disso, ultimamente entraram no mercado produtos sintéticos substitutivos, baseando

a competição em campanhas, não comprovadas tecnicamente, de desprestígio do produto natural, enquanto por outro lado tentam imitar ao máximo as características da cortiça usando mesmo a palavra “cork” em parte do nome deste produto.”

Isto obriga a redefinir a importância da cortiça de um ponto de vista mais amplo. Segundo a justificação das



questões colocadas “deve destacar-se que a indústria do sobreiro é um modelo a seguir de actividade industrial sustentável”.

Criação de equipas de intervenção rápida nas fronteiras

Carlos Coelho defende reforço dos meios de combate à imigração ilegal



O Deputado do PSD Carlos Coelho aproveitou o debate que teve lugar na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, que teve lugar em Estrasburgo de 23 a 26 de Abril, sobre o Relatório Depez relativo às “Equipas de Intervenção rápida nas fronteiras” para exigir “um reforço dos meios de combate à imigração ilegal.”

Carlos Coelho começou por registar “o momento em que a Europa atravessa a crise migratória mais importante da sua História. A afluência massiva de imigrantes ilegais às costas europeias, tornou prioritária a adopção de medidas urgentes.”

“Apesar das regiões mais directamente afectadas serem as do sul da Europa, não podemos encarar este problema como sendo exclusivo desses Estados Membros ou regiões. A imigração irregular maciça e a tragédia humanitária que representa, acaba por trazer consequências para a segurança e a coesão de toda a Europa comunitária.”

“a Europa atravessa a crise migratória mais importante da sua História”

Carlos Coelho aplaudiu as várias medidas operacionais relativas à gestão das fronteiras externas marítimas a sul, designadamente:

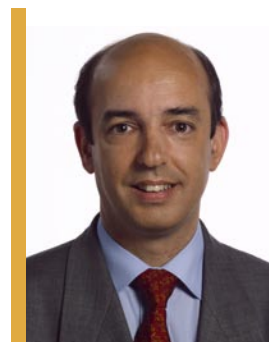
- criação de um comando operacional nas regiões relevantes para coordenar uma

rede de patrulhamento das costas mediterrânicas;

- criação de um Registo Central de Equipamento Técnico disponível (CRATE), que será utilizado para controlo e vigilância nas fronteiras externas, fornecendo os meios necessários (barcos, helicópteros, aviões, etc.);

- criação de equipas de intervenção rápida nas fronteiras (RABITS Teams), para proporcionar uma assistência rápida ao nível técnico e operacional, aos EM que o requererem;

A Agência Europeia FRONTEX, segundo Carlos Coelho “deverá ter um papel crucial na coordenação dessa assistência. Deve fazê-lo de forma rápida e eficaz”. Prevê-se uma decisão no prazo de 5 dias e a elaboração de um plano operacional que deverá especificar a duração, a localização geográfica, a missão a desempenhar e a composição,



o número e perfil de peritos que cada Estado Membro deverá pôr à disposição para integrar a equipa.

A terminar Carlos Coelho afirmou que “todos temos - Parlamento, Comissão e Conselho - de, no plano institucional, no plano dos recursos humanos e dos recursos financeiros, assegurar os meios necessários para garantir o seu funcionamento eficaz no cumprimento da sua missão.”

Parques Naturais Transnacionais

Coelho propõe nova categoria

O Deputado do PSD apresentou ao PE uma proposta de resolução sobre o Parque Natural do Tejo Internacional propondo uma gestão conjunta para os parques naturais fronteiriços.

O documento, proposto com o deputado Garriga Polledo, tem por base “a importância de uma coordenação internacional na gestão de áreas protegidas

partilhadas por países vizinhos para assegurar uma mais eficiente protecção da biodiversidade.”

Carlos Coelho sugere “a criação de uma nova categoria de zona protegida - Zona Protegida Transnacional - que seria atribuída ao Tejo Internacional e a outros na Europa que apresentem as mesmas condições de transnacionalidade, ou seja, serem áreas contínuas entre os diferentes lados de uma mesma fronteira.”

Carlos Coelho subscreve

“Economia verde baseada no hidrogénio”

O Deputado do PSD subscreveu uma Declaração Parlamentar sobre “o estabelecimento de uma economia verde baseada no hidrogénio e uma terceira revolução industrial na Europa”

Os Deputados consideram que uma visão energética pós-fóssil e pós-nuclear deverá constituir o próximo projecto da UE. Reaçam também os cinco factores chave para a independência

energética, que são: maximizar a eficácia energética, reduzir as emissões globais de gases com efeito de estufa, otimizar a introdução comercial das energias renováveis, introduzir a tecnologia da pilha de combustível alimentada com hidrogénio para armazenar as energias renováveis e criar redes de energia inteligentes para distribuir a energia.

Vasco Graça Moura contra situação de monopólio

Parlamento Europeu discute questão dos direitos de autor



O Deputado do PSD Vasco Graça Moura participou no debate sobre a **“sociedade de gestão colectiva de direito de autor”** que teve lugar no Parlamento Europeu.

A Comissão dos Assuntos Jurídicos do PE quer que a Comissão Europeia clarifique que a sua recomendação sobre a gestão transfronteiriça colectiva do direito de autor e dos direitos conexos no domínio dos serviços musicais em linha se aplica exclusivamente às **“vendas em linha de gravações de músicas”** e que apresente, o mais rapidamente possível, uma proposta para uma directiva-quadro que regulamente com eficácia a gestão colectiva do direito de autor neste área.

Para o **Deputado do PSD** **“A liberdade de escolha por parte de autores e compositores da sociedade de gestão colectiva de direitos que entenderem com vista a serem por ela representados é um princípio tão fundamental quanto o é a proibição dos chamados major publishers fazerem acordos exclusivos com as sociedades de gestão colectivas de direitos.”**

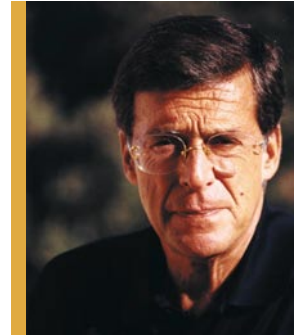
“A liberdade de escolha por parte de autores e compositores é um princípio fundamental”

Segundo **Graça Moura** **“O mandato concedido por um major publisher a uma sociedade deverá também poder ser concedido a qualquer outra socie-**

dade e tal mandato só deverá poder incluir a centralização de licenciamentos para empresas multinacionais ficando os licenciamentos para empresas nacionais a cargo das sociedades locais.”

Quanto ao repertório global o Deputado afirmou que este **“deve manter-se disponível para todas as sociedades de gestão colectiva para a concessão de licenças aos utilizadores e, por isso, como se diz no relatório, é crucial proibir qualquer forma de mandato exclusivo entre os major right-holders e as sociedades de gestão colectiva para a cobrança directa de direitos em todos os Estados-Membros, uma vez que esta prática levaria à rápida extinção das sociedades nacionais.”**

“Deve ser preservada a rede das sociedades nacionais de modo a que todas elas tenham acesso ao reportório global e tudo deve ser feito para salvaguardar a diversidade cul-



tural com o contributo indispensável dessas sociedades nacionais e da sua acção nos respectivos países.”

Para **Vasco Graça Moura** **“é pelo menos bizarro que uma recomendação da Comissão tenha sido julgada a forma adequada para abordar a questão das sociedades de gestão colectiva de direitos de autor, até porque a Comissão ainda não sabe bem como é que as coisas são, pelo que ouvimos aqui da parte do Sr. Comissário”** concluiu.

Silva Peneda muito preocupado com a futura evolução

Política de Coesão afectada pelos alargamentos

Num debate sobre a política de coesão que teve lugar no PE, o **Deputado do PSD Silva Peneda** alertou para as **“consequências dos futuros alargamentos nas políticas da coesão”**

Silva Peneda chamou a atenção para as **“dificuldades orçamentais que se prevê venham a passar os EM dada a previsível evolução demográfica no seio da UE. Este aspecto é da maior importância, porque com o alargamento as despesas referentes à**

política da coesão atingiriam, do ponto de vista político, um valor irrealista.”

De seguida **“não seria aceitável que algumas regiões da UE viessem a deixar de ser beneficiadas só pelo efeito estatístico provocado por um novo alargamento, ao que se pode acrescentar os efeitos negativos que algumas regiões europeias virão a sentir como resultado da globalização.”**

Todas as regiões portuguesas seriam afectadas mas o caso da **Região do Norte seria o mais grave, dado que é a Região de Portugal mais afectada pelo fenómeno da globalização.**

Em jeito de alerta referiu **“estamos perante uma questão muito delicada, que exige muita prudência e, por isso, apoio a solicitação feita à Comissão para avaliar as despesas de política regional**

que os próximos alargamentos poderão implicar, se forem aplicados os critérios actuais, bem como as consequências que daí resultarão.”

A terminar, disse estar de acordo com **“a necessidade de desenvolver concepções que permitam uma maior diferenciação entre a assistência pré-adesão e a plena adesão no âmbito da política de coesão.”**

No debate do Relatório anual sobre a acção da UE nesta matéria

Assunção Esteves exige liderança da UE na defesa dos Direitos Humanos

A Deputada **Maria Assunção Esteves** participou no debate relativo ao **Relatório anual 2006 sobre a acção da UE em matéria de direitos humanos no mundo** (Relatório Coveney).

Relativamente à **pena de morte**, Simon COVENEY (PPE/DE, IE), autor do relatório em causa, incita as Presidências a indicarem publicamente os países sobre os quais tencionam focalizar as directrizes da UE sobre a pena de morte dentro da denominada campanha **“países no ponto de reversão”**, dirigida aos países cuja política sobre a pena capital é flutuante.

Os Eurodeputados encorajam o Conselho e a Comissão a obterem o maior apoio possível para a iniciativa da actual Assembleia-Geral das Nações Unidas a favor de uma moratória universal sobre a pena de morte com vista à sua abolição total. A Comissão dos Assuntos Externos sugere que o Conselho proceda a uma reapreciação das directrizes sobre a

pena de morte, considerando que esta reapreciação poderá permitir à UE intervir em *“casos individuais particularmente preocupantes”* que não se enquadram nas normas mínimas da ONU.

“As fronteiras que nos falta desbravar são precisamente as que separam a barbárie da civilização”

Assunção Esteves, Deputada do PSD lembrou que *“Foi no coração da Europa, na velha Königsberg, que o filósofo Immanuel Kant enunciou o mais universal princípio da justiça: o homem é um fim em si mesmo.”*

“Hoje como nunca, o destino da Europa está marcado pela sua capacidade de assumir a vanguarda na luta pelos direitos no mundo. A Europa é, nesse sentido, depositária de uma imensa esperança. As fronteiras que nos falta

desbravar são precisamente as que separam a barbárie da civilização” disse a Deputada da Comissão de Direitos Humanos.

Para Assunção Esteves *“a União Europeia não pode ceder às tentações dos interesses estratégicos e da Realpolitik. Temos de admitir, a Europa tem mesmo de preencher o vazio deixado por outras potências democráticas na luta pelos direitos humanos.”*

“a União Europeia não pode ceder às tentações dos interesses estratégicos e da Realpolitik”

Segundo a Deputada do PSD *“para isso precisa de integração política, capacidade de decisão, de um direito cosmopolita. Precisa de uma Constituição: os direitos humanos como tema transversal a todas as medidas e defendidos em todas as frentes.”*



Lembrou também que *“os direitos fundamentais não são apenas violados nas penumbras do sub-desenvolvimento e das ditaduras. Democracias que se dizem avançadas praticam a pena de morte perante o nosso silêncio. E aqui a União Europeia não pode ter dois pesos e duas medidas.”*

Para a **Deputada Assunção Esteves**, nestes dias de cimeira entre a União Europeia e os Estados Unidos, *“seria bom que a pena de morte viesse para a agenda política.”*

Convenção sobre o trabalho marítimo

Silva Peneda defende código universal

No debate relativo à Convenção 2006 da OIT sobre o trabalho marítimo, o **Deputado Silva Peneda** defendeu a **“necessidade de se constituir um esboço dum primeiro código universal do trabalho marítimo.”**

Segundo **Silva Peneda** *“com a adopção da Convenção 2006 da OIT, ficaram contempladas*

normas mínimas na área da saúde, da formação, das condições de trabalho e da segurança social dos trabalhadores do sector marítimo, garantindo deste modo condições de trabalho e de vida dignas a bordo dos navios internacionais.”

O **Deputado do PSD** insta agora *“as autoridades portuguesas a ratificar esta Convenção da OIT de forma*

a assegurar a aplicação de condições de emprego mínimas mais homogéneas” registando ainda o seu agrado pelos mecanismos inovadores como *“o certificado de trabalho marítimo”*.

A terminar mostrou-se esperançado *“que esta Convenção contribuirá para estabilizar o sector dos transportes marítimos, confrontado com a pressão da concorrência*



mundial dos operadores socialmente menos zelosos e as ameaças de deslocalização do recrutamento dos marítimos em detrimento do emprego europeu, inclusive no tráfego intracomunitário.”

Vamos saber mais sobre

A Nova Estratégia Energética da União Europeia

A Comissão Europeia apresentou um pacote de 9 comunicações que visam estabelecer uma **nova política energética para a União Europeia**. A estratégia a implementar é o esboço de uma **“revolução”** (tal como foi apelidada por Durão Barroso) impulsionada por dois factores chave, uma **dependência externa cada vez mais difícil de suportar** e que debilita a capacidade de negociação Europeia em áreas distintas da energia (segurança internacional, por exemplo) e a certeza cada vez maior que o **homem também tem a sua culpa nas alterações climáticas**.

Estes objectivos foram analisados em Conselho Europeu, e apesar da oposição de alguns países importantes (a França, por exemplo, preferia um objectivo mais alto de energia “não emissora de carbono”, em vez de “renovável”, para poder fazer contar energia nuclear) com um grande empenho de várias partes interessadas, do Parlamento Europeu do próprio Durão Barroso e de Angela Merkel foram mesmo aprovados. Entre as várias medidas que ficaram previstas, algumas continuam a levantar alguma discussão e merecem uma referência individual.

No que toca à **dissociação dos serviços de produção vs. distribuição**, estão a ser estudadas para França e Alemanha (que se opõem fortemente a esta ideia para **não verem enfraquecidos os seus gigantes energéticos**) alternativas à separação total, através da concessão dos direitos de exploração da rede a um agente independente, devidamente autorizado e que actue de forma imparcial.

O objectivo para os **biocombustíveis** levanta também sérias preocupações. Têm vindo a ser publicados estudos sobre o seu saldo de carbono (o total de carbono produzido durante o seu ciclo de



Os principais pilares desta estratégia

- Redução das emissões de Carbono em 20% até 2020 (comparando com 1990) e entre 60 e 80% até 2050 para limitar o aquecimento global em 2°C;
- 20% do consumo total de energia na Europa deverá provir de fontes renováveis até 2020;
- 10% de Biocombustíveis no total dos combustíveis consumidos até 2020;
- Redução de 20% no consumo energético Europeu até 2020;
- Implementação dos sistemas de captura e armazenamento de carbono – a partir de 2020 todas as centrais eléctricas construídas deverão incluir estes sistemas;
- Separação entre as actividades de produção e distribuição de electricidade e gás natural;
- Persuadir os países industrializados a aderir à luta contra as alterações climáticas;

vida) e alguns demonstram que a produção de dióxido de carbono durante os períodos de cultivo, transporte, refinação e utilização pode ultrapassar a dos combustíveis convencionais. Além disso, existe a preocupação com os efeitos que esta aposta nos biocombustíveis pode ter em países terceiros uma vez que a Europa terá que importar matéria-prima para

poder cumprir os seus objectivos, causando sérios receios de desflorestação e de aumento do preço de bens essenciais (como o pão e a farinha) por serem produzidos do mesmo cereal que é utilizado para produzir o combustível.

Assim, compete à UE zelar por um sistema de rotulagem eficaz e que garanta a sustentabilidade da produção.

Quanto à **redução das emissões de carbono**, a UE mantém-se na liderança da luta contra as alterações climáticas a nível internacional, mas admite a necessidade de efectuar cortes mais drásticos, salvaguardando por isso, que caso haja enquadramento a nível internacional (referindo-se às negociações para o período pós-Quito), o objectivo poderá ser aumentado para uma redução de 30% até 2020. A **Europa representa apenas cerca de 15% das emissões mundiais** e de nada servirá somar peso burocrático à indústria europeia se o resto dos países industrializados não aderir à luta contra as alterações climáticas.

Quanto aos objectivos de energia renovável, **poderiam, como tem muitas vezes sido sugerido, de facto ser mais ambiciosos** mas tendo em conta os actuais 7% do total do consumo energético que provêm de fontes renováveis, **poderá considerar-se um sucesso o cumprimento desta meta**.

Ausente deste “pacote” ficou a **pilha de combustível**, alimentada a hidrogénio, que **constitui a principal esperança no que respeita ao armazenamento da energia produzida** em momentos de baixa procura e cuja rápida implementação para utilização portátil, fixa ou de transporte é já defendida e objecto, entre outros que pedem maior ambição nas energias renováveis e na redução das emissões de dióxido de carbono, de uma declaração escrita no Parlamento Europeu, já subscrita pelo Eurodeputado **Carlos Coelho**.

Nuno Brito - GEPDS

Deputados do PSD assumem protagonismo no

Debate sobre o Futuro do Futebol Profissional na União Europeia



Os Deputados do PSD **José Silva Peneda e Vasco Graça Moura** voltaram a assumir um papel de destaque na proposta do PE sobre o **Futuro do Futebol Profissional na Europa**.

Na sua intervenção **Silva Peneda** afirmou que *“além de paixão o futebol é uma das mais poderosas linguagens universais. E são essas características - Paixão e Linguagem Universal - que lhe conferem a força e a extraordinária capacidade de mobilização”*

“Ser capaz de colocar essa força ao serviço não só do espectáculo e duma economia própria e legítima, mas também de causas sociais, de dimensão e alcance igualmente universais, é um enorme potencial do Futebol que não pode ser ignorado” afirmou o Deputado do PSD. **Silva Peneda** destacou que *“embora os organismos responsáveis pela gestão do futebol possam acalentar a vontade legítima de preservar os seus procedimentos internos, o recurso à jurisdição dos tribunais comuns, mesmo quando improcedente em matérias de Justiça desportiva, não pode configurar qualquer ilícito disciplinar.”*

Por seu lado **Vasco Graça Moura disse** *“não há jurisdição nem pacto jurisdicional que possam afastar ou precluir o direito fundamental de alguém recorrer aos tribunais, muito embora ao seu exercício em concreto possam, em determinadas situações, ser oponíveis matérias*

a que a linguagem forense designa de “defesa por excepção de incompetência” (...) “não poderá nunca entender-se que o recurso aos tribunais por parte de uma pessoa física ou moral envolve qualquer espécie de infracção disciplinar”.

Para **Vasco Graça Moura** *“o exercício de um direito que todas as constituições e a Carta Europeia reconhecem não pode redundar num ilícito, seja ele de que espécie for.”*



“não há jurisdição nem pacto jurisdicional que possam afastar ou precluir o direito fundamental de alguém recorrer aos tribunais”

Vasco Graça Moura lembrou que o **relatório Belet** consagra o princípio correcto sustentando que **recorrer aos tribunais civis, mesmo quando não justificado em termos desportivos, não pode ser penalizado por regulamentos disciplinares condenando-se as decisões arbitrárias da FIFA a este respeito.**

Os Nossos Deputados

João de Deus Pinheiro

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

e-mail:

Joao.Pinheiro@europarl.europa.eu

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail:

Vasco.GracaMoura@europarl.europa.eu

Maria Assunção Esteves

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail:

Assuncao.Esteves@europarl.europa.eu

José Silva Peneda

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail:

Jose.SilvaPeneda@europarl.europa.eu

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail:

Sergio.Marques@europarl.europa.eu

Duarte Freitas

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail:

Duarte.Freitas@europarl.europa.eu

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail:

Carlos.Coelho@europarl.europa.eu



Boletim Informativo do Grupo da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho

Redacção: Duarte Marques

Sandra Nunes

Imagem: Julio Pisa